



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – SEDE CASCAVEL

NOME: \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### ORIENTAÇÕES:

1. Responda às questões objetivas, marcando apenas 1 (uma) resposta certa para cada questão. A marcação de mais de uma resposta ou a existência de qualquer rasura importará na desconsideração da questão.
2. Responda às questões discursivas, não ultrapassando o limite de linhas estipulado.
3. A duração dessa prova é de 04 (quatro horas), tempo que abrange a resolução das questões objetivas e dissertativas, **bem como a transcrição do gabarito para a Folha de Respostas, que deverá ser devolvida junto com o caderno de questões ao fiscal.**
4. Os candidatos, se quiserem, poderão anotar na última folha deste caderno, as suas respostas, **referentes às questões objetivas**, devendo requerer ao fiscal o seu destaque, para levá-la consigo.
5. Nos termos do edital:

*“14.12 Não serão permitidas, durante a realização das etapas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, nos termos do item nº 1.4.*

*14.13 Será eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman®, máquina fotográfica e, ainda, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.*

*14.14 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de prova portando armas.*

*14.15 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que durante a sua realização:*

  - a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;
  - b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
  - c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos e/ou outros objetos, tais como os listados no subitem 14.13 deste edital;
  - d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
  - e) não entregar o material das prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
  - f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
  - g) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;
  - h) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
  - i) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
  - j) for surpreendido portando qualquer tipo de arma durante a realização da prova;

*14.15 No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação dessas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.”*
6. Os candidatos aprovados serão chamados para a próxima etapa, de entrevista, em horário, data e local a ser oportunamente publicados no site da Defensoria Pública do Estado do Paraná e do CIEE.
7. O gabarito preliminar estará disponível para consulta, no site da Defensoria Pública do Estado do Paraná, assim como no site do CIEE, até as 18:00 h do dia 09/03/15.



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **PROVA OBJETIVA**

#### **DIREITO CIVIL**

##### **1 - Considere os seguintes sujeitos:**

I - os menores de dezesseis anos;

II - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

IV - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

V - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

São absolutamente incapazes de exercerem pessoalmente os atos da vida civil somente em:

a) I e III.

b) I, II e III.

c) I, III e V.

d) todos

##### **2 - Assinale a alternativa correta acerca dos direitos da personalidade:**

a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária;

b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

c) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.

d) Ainda que sem autorização, pode-se usar o nome alheio em propaganda comercial.

##### **3 - Acerca do direito das obrigações, especificamente sobre a obrigação de dar coisa certa, assinale a alternativa incorreta:**

a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

b) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

c) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

d) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, com direito a indenização.

##### **4 - Sobre obrigação alternativa e facultativa, assinale a alternativa correta:**

a) Se, em uma obrigação alternativa, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará aquele (devedor) obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

b) Na obrigação alternativa a escolha cabe sempre ao devedor, ao passo em que na obrigação facultativa a escolha cabe ao credor.

c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

d) Em uma obrigação alternativa, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

### 5 - Sobre as obrigações solidárias, assinale a alternativa correta:

- a) A solidariedade (ativa e passiva) é presumível.
- b) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- c) A um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- d) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, a solidariedade se desfaz.

### 6 - Sobre a suspensão de extinção do poder familiar, considere as seguintes assertivas:

- I- Suspende-se o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.
  - II- Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que castigar imoderadamente o filho ou deixá-lo em situação de abandono.
  - III- Acarreta a extinção do poder familiar, dentre outros casos previstos em lei, a morte dos pais ou do filho, a adoção e a maioridade civil.
  - IV – A emancipação não é causa de extinção do poder familiar, e sim suspensão.
- Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e IV
- c) I, II e III.
- d) I e II.

## DIREITO PENAL

### 07- A respeito da *abolitio criminis*, crime continuado e crime permanente, assinale a alternativa correta:

- a) Embora o Código Penal contemple como causa extintiva da punibilidade a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, a natureza jurídica da *abolitio criminis*, segundo a doutrina, é de causa que exclui a tipicidade.
- b) A lei penal pode retroagir para prejudicar o réu já condenado com trânsito em julgado, sendo tal instituto denominado de *abolitio criminis*.
- c) O instituto da *abolitio criminis*, que possui natureza jurídica de causa extintiva da punibilidade, somente pode ser configurado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória (ou absolutória).
- d) Configura-se crime continuado quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

### 08- Segundo a orientação jurisprudencial sumulada pelos tribunais superiores, é correto afirmar o seguinte:

- a) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.
- b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior ao término da continuidade ou da permanência;



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- c) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) Todas as assertivas estão verdadeiras.

### **09 - Considerando os artigos do Código Penal transcritos, assinale, respectivamente, o princípio ou teoria que deles se extraem:**

I – Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

II – Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado

III – Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

- a) Princípio da Proporcionalidade, teoria da atividade e teoria da ubiquidade (ou mista).
- b) Teoria da ubiquidade (ou mista), teoria da atividade e princípio da legalidade.
- c) Teoria da atividade, teoria da ubiquidade (ou mista) e princípio da legalidade.
- d) Princípio da legalidade, teoria da ubiquidade (ou mista) e princípio da dignidade da pessoa humana.

### **10 - O art. 5º, LVII, da Constituição Federal dispõe que "*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*". Nesse dispositivo constitucional está consagrado o princípio**

- a) da anterioridade da lei penal.
- b) do estado de inocência.
- c) da legalidade.
- d) do contraditório.

**11- Conforme constou na ementa do RHC 122464 AgR/BA, da relatoria do Min. Celso de Mello, julgado pelo STF em 10/06/14: "*O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade*" de modo que "*O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor – por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes – não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.*"**

Como conclusão, nos termos da jurisprudência daquela Corte, o princípio da insignificância exclui a:

- a) tipicidade formal;
- b) punibilidade;
- c) culpabilidade;
- d) tipicidade material.

### **12 - A respeito da dosimetria da pena e dos regimes prisionais é incorreto dizer, tomando como parâmetro o entendimento dos tribunais superiores, que:**

- a) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- b) É vedada, em recurso exclusivo da defesa, a utilização, pelo tribunal, de fundamentos inovadores para justificar a adoção do regime prisional mais gravoso, sob pena de reformatio in pejus.
- c) O Supremo Tribunal Federal considerou recepcionada pela ordem constitucional vigente a aplicação, na primeira fase de dosimetria da pena, da reincidência, como circunstância agravante, assim como sua utilização como circunstância elementar de infrações penais.
- d) Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão de regime prisional, ou seja, necessitam, além do bom comportamento carcerário, cumprir 1/6 de sua pena, podendo determinar, o magistrado, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**13- Salvo exceções expressamente previstas em leis especiais, o prazo para a conclusão do inquérito policial junto à Polícia Civil (Estadual) quando o indiciado estiver preso e solto é, respectivamente de**

- a) 10 e 10 dias.
- b) 5 e 15 dias.
- c) 10 e 30 dias.
- d) 5 e 10 dias.

**14- Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:**

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial não poderá ser iniciado de ofício, dependendo de provocação do ofendido.
- b) Tomando conhecimento de um crime de ação privada, a autoridade policial poderá imediatamente instaurar inquérito policial, independente de qualquer requerimento.
- c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- d) O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da qualquer denúncia ou queixa.

**15- Sobre a ação penal, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo
- b) A representação será retratável, até que seja proferida a sentença.
- c) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
- d) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva,



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal

### **16 - Considere a redação dos seguintes itens abaixo e responda, conforme a interpretação realizada pelos tribunais superiores:**

- i) A ausência de intimação pessoal do defensor público ou dativo da sessão de julgamento do recurso de apelação torna nulo o acórdão proferido, por cerceamento de defesa. Todavia, não se pode exigir que a intimação do defensor público seja feita por mandado na pessoa do mesmo membro oficiante na causa, configurando medida razoável, para fins de intimação pessoal, proceder-se à inequívoca ciência da Defensoria Pública, por intermédio de ofício ou mandado, devidamente recebido, competindo à instituição organizar a atuação de seus membros, sob pena de burocratizar o processo, em total desrespeito à efetividade e celeridade da Justiça.
- ii) A pretensão de requisição de preso para entrevista pessoal com o defensor público, com a finalidade de subsidiar a elaboração da resposta à acusação, não encontra amparo nas normas processuais penais. Desta forma, na impossibilidade de ser atendida a pretensão, cabe ao defensor promover o contato com o preso, inclusive se dirigindo à unidade carcerária respectiva.
- iii) Quanto a intimação tiver lugar na sexta feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.
- iv) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

Pode-se afirmar, dentre as combinações a seguir, que:

- a) O item nº i é correto, mas o iii é falso;
- b) O item nº iii é correto, mas o ii é falso;
- c) O item nº iv é correto, mas o i é falso;
- d) Os itens nº i e ii são verdadeiros.

### **17- Sobre competência, conexão e continência no processo penal, assinale a alternativa correta:**

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se ocorrer a infração, ainda que outro seja o da consumação, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- c) Na determinação da competência por conexão ou continência, concorrendo a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência da jurisdição comum.
- d) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.

### **18- Nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição da República, “conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”**

Assim, acerca do habeas corpus e da prisão cautelar, considera-se **incorreto** o seguinte entendimento:



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

- a) É deficiente a instrução do habeas corpus e, por consequência, do respectivo recurso ordinário, geradora do não conhecimento, se pretendendo o trancamento da ação penal, por inépcia da denúncia e por falta de justa causa para a acusação, dos autos não consta a cópia da denúncia ou queixa-crime.
- b) Não obstante criticado por determinado segmento da doutrina, no sentido de que estaria sendo violado o sistema acusatório, para o Superior Tribunal de Justiça não há falar em nulidade na hipótese em que o magistrado, de ofício, decreta a prisão preventiva do acusado ao receber o auto de prisão em flagrante, respeitados os requisitos previstos no art. 312 do CPP.
- c) A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.
- d) Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando demonstrada possibilidade de substituição da prisão por medidas cautelares diversas, proporcionais, adequadas e suficientes ao fim a que se propõem.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **19- De acordo com o Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:**

- a) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, não é contínuo, interrompendo nos feriados.
- b) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- c) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- d) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 8 (seis) às 20 (vinte) horas.e) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

#### **20- Assinale a alternativa correta:**

- a) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender e para a validade do processo é dispensável a citação inicial do réu.
- b) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 8 (oito) dias seguintes.
- c) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e somente quando ordenada por juiz competente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- d) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

#### **21- Quanto à formação, suspensão e extinção do processo assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil:**

- a) Extingue-se o processo, com resolução de mérito, quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- b) Suspende-se o processo pela convenção das partes, mas o prazo não poderá exceder 3 (três) meses.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- c) Extingue-se o processo com resolução de mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- d) O juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, a preempção, litispendência ou de coisa julgada; todavia, o réu que a não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas de retardamento.

### **22- Assinale a alternativa correta:**

- a) O juiz poderá, de ofício, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- b) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.
- c) A tutela antecipada não poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
- d) Se concederá a antecipação da tutela quando se houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

### **23- Quanto à petição inicial e à contestação assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil:**

- a) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283 do CPC, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- c) O réu poderá oferecer, no prazo de 10 (dez) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.
- d) se ocorrer revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir.

### **24- A respeito dos recursos, assinale a afirmativa incorreta:**

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) Havendo apelação, todas as questões suscitadas e discutidas no processo serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
- c) O recurso somente pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público.
- d) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **EXECUÇÃO PENAL**

#### **25- A respeito das faltas disciplinares de natureza grave, considerando a interpretação dos tribunais superiores:**

- i) O cometimento de falta grave, embora interrompa o prazo para a obtenção do benefício da progressão de regime, não o faz para fins de concessão de livramento condicional, por constituir requisito objetivo não contemplado no art. 83 do Código Penal;
- ii) Diante da ausência de um prazo prescricional específico para apuração de falta disciplinar, deve ser adotado o menor prazo prescricional previsto no art. 109 do Código Penal, ou seja, o de três anos para fatos ocorridos após a alteração dada pela Lei nº 12.234, de 5 de maio de 2010, ou 2 anos se a falta tiver ocorrido antes desta data;
- iii) A posse de aparelho celular, bem como a de seus componentes essenciais, tais como chip ou carregador, posteriores à Lei n. 11.466/2007, constitui falta disciplinar de natureza grave;
- iv) É imprescindível a realização do processo administrativo disciplinar, com a presença de advogado constituído ou defensor público, para apuração do cometimento de falta grave no âmbito da execução penal, em razão da expressa previsão contida na LEP.

Pode-se afirmar, entre as combinações a seguir, que:

- a) todos os itens estão corretos;
- b) todos os itens estão incorretos;
- c) o item nº i é falso, mas o ii é verdadeiro;
- d) o item nº ii é falso, mas o iv é verdadeiro.

#### **26- A respeito do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:**

- a) A execução penal tem por objetivo apenas efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal;
- b) A Lei de Execuções Penais será aplicada, com distinções, considerando o preso provisório e o condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, embora recolhidos a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária;
- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei;
- d) Poderá haver distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

#### **27- Considerando as normas referentes aos deveres, direitos e à disciplina, previstas na Lei de Execução Penal:**

- a) Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena;
- b) Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar, sendo vedadas as sanções coletivas;
- c) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções;
- d) Todas as afirmativas estão corretas.



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

**28 – Segundo a Lei de Execuções Penais, e a previsão sobre os órgãos da execução penal, é incorreto afirmar o seguinte:**

- a) A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença, competindo-lhe, dentre outras, aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;
- b) O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução;
- c) Haverá, em cada comarca, um Conselho da Comunidade composto, no mínimo, por 1 (um) representante de associação comercial ou industrial, 1 (um) advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e 1 (um) assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais;
- d) A Defensoria Pública, prevista como órgão de execução desde a vigência da Lei de Execuções Penais, velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva.

**29 – Sobre os estabelecimentos prisionais, a Lei de Execuções Penais prevê que:**

- a) Haverá instalação destinada à Defensoria Pública;
- b) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade;
- c) O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

**30 – Tendo em vista a regulamentação da monitoração eletrônica, realizada pela Lei de Execuções Penais, é correto afirmar o seguinte:**

- a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica apenas quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto;
- b) O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico devendo receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações;
- c) Apenas a prática de falta disciplinar de natureza grave poderá acarretar a revogação da monitoração eletrônica;
- d) A violação comprovada dos deveres previstos poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, algumas sanções, não estando previstas, entre elas, a regressão do regime.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**31- Dentre os direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, encontra-se**

- a) a garantia do mandado de segurança para a proteção do direito de ir e vir;



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- b) a garantia de não admissão nos processos, das provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de guerra e atentado contra a ordem constitucional;
- c) o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente de quaisquer exigências legais quanto à qualificação profissional;
- d) a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

### **32 – Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição da República a respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais:**

- I. As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição, sendo o seu repúdio um princípio de regência das relações internacionais do Estado brasileiro.
- II. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- III. A determinação constitucional para que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos está relacionada ao objetivo fundamental da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV. A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com o princípio de prevalência dos direitos humanos, expressamente consignado no texto constitucional.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

### **33 - A Constituição estabeleceu em seu artigo 5º, II, que “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, com isso a Carta Magna assegurou o:**

- a) princípio da legalidade
- b) princípio da impessoalidade.
- c) direito à igualdade
- d) direito à liberdade de expressão

### **34- Dentre os direitos assegurados na Constituição Federal que regem os processos judiciais está o direito**

- a) à produção de quaisquer provas, em qualquer tempo e procedimento, ainda que obtidas por meios ilícitos, em decorrência do princípio constitucional da ampla defesa.
- b) à identificação criminal, ainda que tenha sido identificado civilmente;
- c) a juízo ou tribunal de exceção.
- d) à inafastabilidade do controle jurisdicional de lesão ou ameaça a direito.

### **35- Com relação à ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade assinale a alternativa correta:**

- a) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República, os Senadores Federais e os Deputados Federais.



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

- b) A ação direta de inconstitucionalidade proposta por qualquer dos legitimados admite desistência.
- c) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente a todos os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

### **36 - Em relação aos Remédios Constitucionais é correto afirmar:**

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- b) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- d) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, não sendo cabível o *habeas corpus* preventivo;

## **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

### **37 - Considerando as normas constitucionais referentes à proteção da criança e do adolescente, é correto afirmar o seguinte:**

- a) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- b) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas;
- c) Para a concretização da atividade prevista na letra “b”, deverão ser observados os seguintes preceitos: aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil e criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### **38 - Em relação às Medidas Específicas de Proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente é incorreto afirmar:**

- a) As medidas específicas de proteção não poderão ser aplicadas cumulativamente, nem poderão ser substituídas.
- b) São princípios que regem a aplicação das medidas: proteção integral e prioritária; interesse superior da criança e do adolescente; proporcionalidade e atualidade; privacidade; prevalência da família, intervenção mínima, entre outros.
- c) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
- d) a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas protetivas: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar.

### **39 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar:**

- a) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade ou internação em estabelecimento educacional, exclusivamente;
- b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias;
- c) A imposição das medidas socioeducativas não pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração;
- d) A medida comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada três meses;

### **40 - A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:**

- I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
  - II - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;
  - III - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;
  - IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente;
- a) Apenas I está correta.
  - b) I, II e IV estão corretas.
  - c) I, III e IV estão corretas.
  - d) Todas estão corretas.

### **41 – Acerca da adoção julgue os seguintes itens:**

- I – A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- II – É possível a adoção por procuração.
- III – Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
- IV – Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será necessário o seu consentimento.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Assim sendo:

- a) Apenas o item nº I está correto;
- b) I, II e IV estão corretos.
- c) I, III e IV estão corretos.
- d) Todos estão corretos.

### **42 – Assinale a assertiva incorreta quanto à família substituta:**

- a) É preferível o acolhimento familiar ao deferimento da guarda a membro de família extensa, comprovada a situação de risco.
- b) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
- c) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- d) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade adoção.

## PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

### **43- De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar:**

- a) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a divisibilidade e a dependência funcional.
- c) é função institucional da Defensoria Pública promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- d) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

### **44- De acordo com a Lei Complementar 80/94, assinale a alternativa incorreta:**

- a) são objetivos da Defensoria Pública a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- b) são funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais.
- c) as funções institucionais da Defensoria Pública não podem ser exercidas contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- d) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### **45- De acordo com a Lei Complementar 136/11 PR, assinale a alternativa incorreta:**

- a) é função institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná exercer o controle externo da atividade policial.
- b) é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre outras previstas em lei comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.
- c) é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre outras previstas em lei, requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições.
- d) é função institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná na orientação jurídica e defesa dos necessitados, dentre outras, promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

### **46- De acordo com a Lei Complementar 136/11 PR aos Defensores Públicos do Estado incumbe, genericamente, o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses daqueles juridicamente necessitados, competindo-lhes especialmente:**

- I - tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente.
- II - exercer a função de curador especial de que tratam os códigos de Processo Penal e de Processo Civil, salvo quando a Lei a atribuir especificamente a outrem.
- III - requerer o acolhimento ou a internação de crianças e adolescentes em situação de abandono ou situação de risco.
- IV - defender os acusados em processo disciplinar.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II;
- b) I, II e III;
- c) III e IV;
- d) I, II, III e IV

### **47- Assinale a alternativa incorreta:**

- a) tratando-se de réu preso, condenado definitivamente, é possível afirmar que é atribuição da Defensoria Pública atuar, em prol do condenado, apenas quando comprovada a hipossuficiência financeira.
- b) compete à Defensoria Pública requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário.
- c) compete à Defensoria Pública participar, com direito a voz e voto, do Conselho Penitenciário.
- d) a Defensoria Pública é órgão de execução penal.

### **48- Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Compete privativamente à Defensoria Pública propor ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros.



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

- b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- c) Às Defensorias Públicas dos Estados e à Defensoria Pública do Distrito Federal são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) As despesas da Defensoria Pública devem ser ordenadas, antes de sua execução, pelo Poder Executivo.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### PROVA DISSERTATIVA

#### DIREITO PENAL

Recentemente, o Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul lavrou a seguinte ementa, a partir de julgamento ocorrido naquela Corte:

**“AGRAVO EM EXECUÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. INCLUSÃO DO APENADO NO PROGRAMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PENAL ADEQUADO AO CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME SEMIABERTO. NÃO TAXATIVIDADE DAS HIPÓTESES DO ART. 117 DA LEP. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE, DA RAZOABILIDADE E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. Se o apenado cumpre pena privativa de liberdade em regime semiaberto, o estabelecimento penal ao qual está recolhido deve atender aos requisitos dos arts. 35, § 1º, do CP, e 91 da Lei de Execução Penal. A enumeração contida no art. 117 da Lei das Execuções Penais, que disciplina as hipóteses em que os apenados podem ser beneficiados com prisão domiciliar, não é taxativa, devendo o juiz, diante da análise do caso concreto, aplicar a solução mais adequada, à luz dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da individualização da pena. Existe uma omissão deliberada e desidiosa do Estado em dar cumprimento à lei, não se podendo atribuir aos apenados os ônus dessa política omissiva. Ademais, a tornozeleira eletrônica possui característica própria de fiscalização, sendo de conhecimento público que o preso é monitorado 24 horas por dia e que, em caso de deslocamento fora da área delimitada, a autoridade fiscalizadora é informada em tempo real, tornando possível a tomada imediata das providências cabíveis.”** AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo Nº 70059078808, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Alberto Etcheverry, Julgado em 17/07/2014)

Interpretando a ementa, a partir dos ensinamentos doutrinários e da orientação jurisprudencial dos tribunais superiores, formalize texto dissertativo, mencionando, obrigatoriamente:

- A) Aplicação do princípio da proporcionalidade ao direito penal, exemplificando;
- B) Interferência do Poder Judiciário no que tange à concretização de políticas públicas, contextualizando o tema com o cumprimento da pena em unidades prisionais adequadas aos respectivos regimes;
- C) Possibilidade, ou não, de aplicação das normas referentes à prisão domiciliar, considerando a ausência de vagas em determinado estabelecimento prisional, adequado ao regime prisional aplicado;
- D) Viabilidade, ao menos, de cumprimento da pena em regime mais brando, na situação mencionada na parte final da letra “c”;

OBS: A explanação sobre cada um dos temas (conforme posto nas alíneas) vale 2.5 (dois pontos e meio), considerando o conhecimento, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, devendo o candidato produzir os textos primando pela coerência e pela coesão.





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### GABARITO (Destacável)

Questão	Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	